

NO PAÍS DOS MARAJÁS

Uma classe indestrutível?

Professor Titular de Direito Econômico
da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e
Conselheiro da OAB-Seccional de São Paulo.

Ives Gandra da Silva Martins

A nova classe ociosa é indestrutível. Alcide Jorge Costa, com o fino humor que caracteriza sua personalidade diz admirar os italianos, posto que sabem eles que o Estado é imprescindível, mas dão-lhe a devida importância, ou seja, pouca. Por isto, as crises políticas italianas são superadas com inteligência, graças ao parlamentarismo. O movimento sindical adaptou-se à livre iniciativa e as greves políticas existem apenas para efeitos externos, visto que as empresas continuam trabalhando, com as janelas fechadas e as portas cerradas.

Nos países, entretanto, em que a nova classe ociosa instalou-se com o direito de dizer a verdade e a mentira que considera conveniente à Nação, o povo não pode usar da sabedoria trimilenar da península itálica e é obrigado a suportar a incúria e a incompetência dos que exercem o poder pelo poder, embora digam sempre que o fazem em nome do povo.

A evidência, o presidencialismo é o sistema ideal para que a nova classe ociosa exerça o seu poder deletério e corrosivo. Porque o presidencialismo puro hipertrofia o Poder Executivo e reduz os outros dois poderes a órgãos auxiliares do presidente da República.

Ruy Barbosa, introdutor deste sistema de governo no Brasil, amargamente arrependido, alguns anos depois, declarava que preferia a "instabilidade" do parlamentarismo à "irresponsabilidade" do presidencialismo.

Por essa razão, Raul Pilla considerava o presidencialismo o sistema de governo da "irresponsabilidade a prazo certo" e o parlamentarismo aquele da "responsabilidade a prazo incerto". No primeiro, a eleição de um presidente irresponsável ou incompetente tem ruptura institucional a solução para a criada. No segundo, a queda do gabinete

se processa-se naturalmente, tendo a mecânica parlamentarista instrumentos adequados e institucionais para equação dos distúrbios políticos.

Por outro lado, o presidencialismo inibe a formação de partidos políticos, que se transformam, em sua grande maioria, em conglomerados de interesses e ambições a serviço do poder, não da democracia. Não há estrutura partidária nos sistemas presidencialistas.

O modelo americano é o que menos serve de paradigma, visto que lá o presidencialismo é parlamentar ou o parlamentarismo é presidencial. Ao contrário dos demais países presidencialistas, em que o presidente é quem fecha os parlamentos, nos Estados Unidos o parlamento derruba presidentes. Durante a guerra da Secessão, no século passado, o parlamento não permitiu que as garantias constitucionais do cidadão fossem suspensas.

No parlamentarismo, ao contrário, as estruturas partidárias são sólidas e renováveis. O povo controla o parlamento, que por sua vez controla o gabinete. E o chefe de Estado, monarca ou presidente, controla o parlamento, pelo direito à dissolução do Congresso, se forem inúmeras as quedas de gabinetes.

Aliás, o parlamentarismo apenas funciona com o voto distrital de um lado e o direito à dissolução do Congresso de outro. Pelo primeiro, o eleitor controla o seu representante, durante todo o mandato, não havendo como possa um mau representante ser reeleito. Pelo segundo, o chefe de Estado tem o direito de convocar novas eleições antes do término do mandato para saber se um parlamento, que não tem confiança nos gabinetes que constituiu e desconstituiu, continua a merecer a confiança do eleitorado.

Os partidos, portanto, se formam naturalmente, em face de o eleitor não ser apenas

o passivo depositante de votos, mas um permanente controlador do poder e de seu veículo de ascensão, que é o partido.

No presidencialismo o eleitor nada vale. Todo o seu exercício democrático esgota-se no depósito do voto entre as duas ou três opções que as falsas estruturas políticas lhe ofertam a escolher. E o presidente eleito apenas tem compromisso com o seu grupo e não com o povo.

Eis por que se diz que o presidencialismo é o sistema de governo que revive as monarquias absolutas do passado, apenas com prazo certo no exercício do poder.

Arend Lijphart ("Democracies", Ed. Yale University Press, 1984), nas únicas 21 democracias estáveis conhecidas depois da 2ª guerra mundial, descobriu uma presidencialista-parlamentar (Estados Unidos) e 20 parlamentares, puras ou mistas. Não existe um único país presidencialista puro. É que o presidencialismo puro é a negação da democracia.

No presidencialismo puro, em que o presidente governa por decretos-leis e não consulta nem o Congresso, nem o povo para deliberar o que considera útil para o país, não há democracia (governo do povo) mas tirania (governo de um só homem).

A nova classe ociosa prefere sempre o presidencialismo, que não a controla porque nele está inserida, ao parlamentarismo, que permite maior participação do povo na condução dos negócios políticos.

O combate à nova classe ociosa pela classe não ociosa tem que passar necessariamente pela adoção da forma mais civilizada e democrática de exercício do poder, única capaz de conseguir reduzir sua influência crescente a maléfica sobre o povo que governa.